



## O fundamentalismo e as fundações fundamentais

Ninguém teria imaginado há vinte anos que, a nível médio e até popular, se alinhasse na mente de todos um particular léxico árabe de natureza homogênea, colocado sob a insígnia do terror.

Começou-se com “gihad”, literalmente «esforço, empenho», mas que se tornou sinónimo de «guerra santa», com os respetivos combatentes “mujahidin”. Conhece-se, depois a “sharia”, a legislação sacral, e até a pregação “salafita”, ou seja, a dos mestres «ancestrais» ortodoxos.

Dominarão, a seguir, os “talibãs”, isto é, «estudantes» de teologia, e imperou o termo “al-Qaeda”, «a base», com o seu porta-estandarte Osama bin Laden, substituído pelo “ISIS” (“Islamic State of Iraq and Syria”, simplificado em Is, e mais corretamente no árabe “Daesh” (“Dawla al-Islamiyya fi al-Oraqi wa sh-Sham”), na prática o “califado” («vicariato, sucessão» do Profeta) proclamado por Abu Bakr al-Baghdadi em Mosul, em 2014.

E muitos sabem que na Somália irrompem os “al-Shabaab”, «os jovens», e na Nigéria “Boko Haram” («a instrução ocidental é um pecado»), figuras lúgubres que ameaçam sem piedade, gritando “Allah hu akbar!”.

Na aceção comum, o fio condutor deste léxico está o termo «fundamentalismo», que habitualmente é explicado como um “literalismo” em relação aos ditames do Corão ou da tradição islâmica.

A questão de base em torno do fundamentalismo é interpretativa. Concebe-se a “inspiração” divina das Sagradas Escrituras substancialmente como um ditado material da parte de Deus. Ignora-se que a Palavra transcendente se comunica através de um mediador humano e, portanto, com uma língua contingente, com um conteúdo preciso e real, sim, mas condicionado pelas coordenadas histórico-culturais

Na realidade, esse vocábulo nasceu em âmbito cristão, e precisamente em 1895, numa adorável cidade do estado de Nova Iorque, Fort Niagara. Nela, um congresso bíblico protestante de matriz conservadora definiu – contra a nova teologia liberal e as interpretações histórico-críticas e as tendências seculares da sociedade americana – os «fundamentos» intangíveis da fé cristã. Era uma espécie de pentagrama teológico a assumir à letra, sem o recurso a qualquer hermenêutica suspeita de enfraquecer a substância.

Esses «fundamentos» eram a inerrância da Bíblia, a divindade de Jesus Cristo, o seu nascimento virginal, a doutrina da redenção por Ele operada a nosso favor com a expiação na sua morte, e, por fim, a sua e nossa ressurreição corporal. Delinearam-se, assim, uma literatura teológica e pastoral baseada naquelas bases, uma Bíblia comentada (a Scofield Reference Bible) e uma associação internacional.

Mas o acontecimento mais clamoroso que lançou o movimento na opinião pública foi o denominado “Processo do Macaco”, ocorrido em sede judiciária no ano de 1925, em Dayton, contra um professor apoiante do evolucionismo, John

Thomas Scopes, denunciado pelo líder dos fundamentalistas, William Jennings Brian, que antes tinha exercido o cargo de secretário de Estado na presidência Wilson.

A perspetiva fundamentalista, que já era implicitamente adotada por outras religiões, adquirirá sucessivamente um relevo sócio-político, até atingir um ápice incandescente nestas últimas décadas, e não só em contexto islâmico, mas também noutras culturas religiosas (pense-se no hinduísmo ou nas Testemunhas de Jeová e noutros grupos radicais ultraconservadores). (...)

Mais arriscado seria o recurso às páginas violentas da Bíblia, que propõe por vezes a guerra santa. Calcula-se que em pelo menos mil passos do Antigo Testamento a ira de Deus pune, vinga, aniquila; em 600 descrevem-se massacres e guerras; em 100 é o próprio Deus que ordena a execução capital de pessoas

É evidente que a questão de base em torno do fundamentalismo é interpretativa. Concebe-se a “inspiração” divina das Sagradas Escrituras substancialmente como um ditado material da parte de Deus. Ignora-se que a Palavra transcendente se comunica através de um mediador humano e, portanto, com uma língua contingente, com um conteúdo preciso e real, sim, mas condicionado pelas coordenadas histórico-culturais.

É o que, por analogia, acontece com a encarnação do Verbo divino na “carne” da humanidade, celebrada no famoso prólogo do Evangelho de João (1,14) e centro da fé cristã. Sem um ato interpretativo que distinga o autêntico fundamento da mensagem bíblica do seu revestimento verbal, pode cair-se numa série de paradoxos.

Pense-se no concordismo, pelo qual se deveria apoiar, na base da Bíblia, que o universo foi constituído em seis dias, que o dilúvio envolveu todo o planeta, e não uma região circunscrita, evocada também por textos mesopotâmicos paralelos, que o movimento da Terra (na realidade do Sol, segundo as Escrituras), foi bloqueado pelo «detém-te, ó Sol!», gritado por Josué durante uma batalha, e assim por diante.

Ainda mais arriscado seria o recurso às páginas violentas da Bíblia, que propõe por vezes a guerra santa. Calcula-se que em pelo menos mil passos do Antigo Testamento a ira de Deus pune, vinga, aniquila; em 600 descrevem-se massacres e guerras; em 100 é o próprio Deus que ordena a execução capital de pessoas. Que dizer, depois, das verdadeiras patifarias que são deduzidas dos textos bíblicos sobre extraterrestres, semelhantes a anjos alienígenas?

É nesta linha que se explica a existência de quatro Evangelhos, cada qual com a sua perspetiva interpretativa que tem incidência inclusive histórico-literárias: leia-se, por exemplo, a dupla redação diferente das Bem-aventuranças

As mulheres, depois, deveriam estar mudas e submetidas, se se assumem à letra certas advertências paulinas, prescindindo do contexto histórico e social em que foram colocadas, tal como acontece para uma certa conceção misógina ou patriarcal do Antigo Testamento. E, ainda, que deve fazer o fiel que quer ser literal na sua obediência ao texto quando Jesus convida a extrair o olho que escandaliza?

Repetimos que a interpretação do texto é necessária para adquirir a sua “verdade” real, e não a aparente. O fetichismo da letra não assegura a adesão à substância autêntica que ela oculta no seu interior. Nos próprios Evangelhos, por exemplo, na narração dos acontecimentos e ditos de Jesus, procede-se já a uma interpretação da mensagem subentendida e a uma atualização, sobretudo á luz da ressurreição-glorificação de Cristo.

É nesta linha que se explica a existência de quatro Evangelhos, cada qual com a sua perspetiva interpretativa que tem incidência inclusive histórico-literárias: leia-se, por exemplo, a dupla redação diferente das Bem-aventuranças em Mateus (5,1-12) e em Lucas (6,17-26).

E, para concluir, voltando ao ponto de partida, o problema central das exegeses corânicas está precisamente na generalizada rejeição de qualquer aproximação interpretativa ao texto.

Cardeal Gianfranco Ravasi  
Presidente do Conselho Pontifício da Cultura, Biblista

In [Cortile dei Gentili](#)

Trad.: Rui Jorge Martins

Publicado em 01.04.2019